

## RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

do Estudo de Impacte Ambiental do projecto do  
**Conjunto Comercial Dolce Vita Braga**

Concelho de BRAGA

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Julho de 2007



MINISTÉRIO DO AMBIENTE,  
DO ORDEMAMENTO DO TERRITÓRIO E  
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RUA FORMOSA, 254 · 4049-030 PORTO · WWW.CCDR-N.PT  
TEL: 223 400 000 · FAX: 223 323 795 · E-MAIL: AOT@CCDR-N.PT

**Sede**

RUA RAINHA D. ESTEFÂNIA, 251  
4150-304 PORTO · WWW.CCDR-N.PT

## ÍNDICE

	Página
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. PERÍODO DE CONSULTA</b>	<b>3</b>
<b>3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA</b>	<b>3</b>
<b>4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>5. ANÁLISE DOS PARECERES RECEBIDOS</b>	<b>4</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>5</b>
<b>FICHA TÉCNICA</b>	<b>6</b>

## I. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do preceituado no artigo 14º do Decreto-Lei nº 69/2000 de 3 de Maio com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 197/2005 de 8 de Novembro, procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projecto do “Conjunto Comercial Dolce Vita Braga”.

## 2. PERÍODO DE CONSULTA

Considerando que o projecto se integra na lista do Anexo II do Decreto-Lei nº 69/2000 de 3 de Maio com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 197/2005 de 8 de Novembro, a Consulta Pública decorreu durante 21 dias úteis, tendo o seu início no dia 12 de Junho de 2006 e o seu final a 11 de Julho de 2007.

## 3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes locais:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)
- Agência Portuguesa do Ambiente
- Câmara Municipal de Braga

O RNT esteve ainda disponível para consulta na Junta de Freguesia de Dume e na Internet ([http://www.dra-n.pt/novidades/Consulta\\_Publica.htm](http://www.dra-n.pt/novidades/Consulta_Publica.htm)).

## 4. MODALIDADES DE PUBLICAÇÃO

A divulgação desta consulta foi feita através de:

- Afixação de Anúncios na Câmara Municipal e Junta de Freguesia acima referidas;
- Publicação de anúncio nos jornais: O Primeiro de Janeiro em 2007.06.13 e Jornal de Notícias em 2007.06.12 e em 2007.06.13.

As cópias dos recortes dos jornais encontram-se em anexo ao presente Relatório.

## 5. ANÁLISE DOS PARECERES RECEBIDOS

Durante o período de Consulta Pública foram recebidos dois pareceres:

- um da Junta de Freguesia de Dume, que informa que, por deliberação da Assembleia de Freguesia foi solicitado parecer técnico sobre o projecto à empresa big arquitectura – António Martins e Associados, Lda. O parecer técnico em causa que, de acordo com o expresso no ofício da Junta de Freguesia, pretende dar voz às preocupações da população da área, informa que a instalação deste centro comercial traz benefícios óbvios para a região, embora acarrete também alguns inconvenientes, sendo este por isso um parecer que pretende contribuir para a minimização dos aspectos menos positivos.

Dos aspectos focados salientam-se as preocupações com o tratamento volumétrico e formal do edificado, o impacte do edifício à noite, a necessidade de plantação de árvores no parque de estacionamento descoberto, o balanço de terras (referindo o citado parecer que o movimento de terras deste projecto será cerca de  $\frac{1}{4}$  do que foi gerado pelo Estádio do S. C. de Braga) e acessibilidades e tráfego.

A exposição encontra-se integralmente em anexo a este Relatório.

- um parecer de Célia Esperança Ferreira Pereira, que aponta para a mais valia do projecto para a cidade de Braga, considerando-o como uma oportunidade de desenvolvimento para a cidade.

A exposição encontra-se integralmente em anexo a este Relatório.

ANEXOS

## **ANEXOS**

## FICHA TÉCNICA

**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE**

  
Arqt. Pais. Alexandra Duborjal Cabral

## Avisos tribunais e conservatórias

JN - 13-06-2007 - N.º 12

**Município de Lousada**  
Câmara Municipal  
Departamento de Urbanismo

**AVISO N.º 135/2007 (DU)**

Nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho de 2001, torna público que a Câmara Municipal de Lousada emitiu, em 30 de Maio de 2007, as alterações ao lote n.º 11 do Alvará de Loteamento n.º 10/000, em nome da Bessa Coelho - Sociedade de Construções, SA e outro, sito em Arcas, freguesia de Cristóvão, e de que é proprietária o seu neto Ivo Artur da Costa Teixeira e Filhos, Lda., que a seguir se transcreve:

O lote n.º 11 foi dividido em dois lotes, passando assim a existir mais um lote, sendo designados como lote n.º 27, ficando os mesmos com as seguintes características:

Lote n.º 11:

- Área do lote - 450 m<sup>2</sup>;
- Área de implantação - 152 m<sup>2</sup>;
- Área de construção 304 m<sup>2</sup>.
- O n.º de pisos é de dois pisos (rés-do-chão + andar) e anexo com a área de 45 m<sup>2</sup>, para uma habitação unifamiliar, confrontando de norte com lote n.º 27, de sul com lote n.º 12, de nascente com Bessa Machado, Lda. e outro e poente com novo arruamento.

Lote n.º 27.

- Área do lote - 450 m<sup>2</sup>;
- Área de implantação - 152 m<sup>2</sup>;
- Área de construção 304 m<sup>2</sup>.
- O n.º de pisos é de dois pisos (rés-do-chão + andar), para uma habitação unifamiliar e anexo com a área de 45 m<sup>2</sup>, confrontando de norte com lote n.º 10, de sul com lote n.º 11, de nascente com Bessa Machado e outro e poente com arruamento.

Alterando da mesma forma a área total de construção, que passa a ser de 13 004,30 m<sup>2</sup>, o volume total de construção, que passa a ser de 35 095,900 m<sup>3</sup>, mantendo-se os restantes dados constados no aviso inicial.

Hipnos no Minho, 6 de Junho de 2007

O vereador do Palco do Urbanismo

(O responsável é da gola pelo aviso) do presidente da Câmara de 2005/10/24  
Pedro Macau, dr.

JN - 13-06-2007 - N.º 12

**MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA**  
**ANÚNCIO DE CONCURSO**

Serviços O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?  
Não

**I.1 DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAS DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

Organização Administrativa de Albergaria-a-Velha  
A Albergaria-a-Velha  
Endereço: Praça Ferreira, Taveiro  
Codigo Postal: 3650-653  
Localização / Distrito: Albergaria-a-Velha  
País: Portugal  
Telefone: 234 522 265  
Fax: 234 522 265  
Correio eletrónico: albergaria@albergaria.pt  
Endereço Internet (URL): www.albergaria.pt

**I.2 ENDEREÇO ONDE PODERÃO SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Indicado em I.1

**I.3 ENDEREÇO ONDE PODERÉ SER OBTTIDA DOCUMENTAÇÃO**

Indicado em I.1

**I.4 ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO**

Indicado em I.1

**I.5 TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE**

Autónoma regional/local

JN - 13-06-2007 - N.º 12

**CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA**  
**ANÚNCIO DE CONCURSO**

Obras O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?  
Não  SIM

**SEÇÃO II: ENTIDADE ADJUDICANTE**

Organização: Câmara Municipal de Valença  
A área de atuação da União das Freguesias de Valença e São João de Areias e Ambiente  
Endereço: Rua Mouzinho de Albuquerque  
Código Postal: 4930-733 Valença  
Localidade/Cidade: Valença  
País: Portugal  
Telefone: 251009513  
Fax: 251809513  
Correio eletrónico: valenca@valenca.pt  
Endereço Internet (URL): www.cm-valenca.pt

**II.1 ENDEREÇO ONDE PODERÃO SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Indicado em I.1

**II.2 ENDEREÇO ONDE PODERÉ SER OBTTIDA DOCUMENTAÇÃO**

Indicado em I.1

**II.3 ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO**

Indicado em I.1

**II.4 ENDEREÇO ONDE DEVEM SER OBTTIDA DOCUMENTAÇÃO**

Indicado em I.1

**II.5 TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE**

Autónoma regional/local

### SEÇÃO III: OBJETO DO CONCURSO

**III.1 DESCRIÇÃO**

Tipos de contrato de serviço - Categoria de serviços: 14  
III.1.1 Descrição onde o contrato para esta entidade adjudicante

Prestação de serviços de limpeza e manutenção das Praças Municipais e Centro Cultural da Praça da Liberdade

**III.1.2 Descrição/objeto do concurso**

Prestação de serviços de limpeza e manutenção das Praças Municipais e Centro Cultural da Praça da Liberdade

**III.1.3 Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços**

Indicações referentes ao local anterior, localizadas na área de manutenção da Praça da Liberdade

**III.1.4 Prazo para apresentação das propostas**

18 dias úteis

**III.1.5 Local onde se realizará a obra:**

Rua Mouzinho de Albuquerque / Praça José Rodrigues Valenca

**III.1.6 NUTS: CONTINENTE NORTE - MINHO / UMA**

**III.1.7 Divisão em lotes:**

NAO  SIM

**III.1.8 As entidades terceira tomada não consideram?**

NAO  SIM

**III.2 Quantidade ou extensão do concurso**

III.2.1 Quantificação ou extensão total

A respectiva referência à quantidade da obra, indicação da sua natureza e localização, bem como a sua extensão

**III.2.2 Duração do contrato ou prazo de execução**

III.2.3 Data a partir da qual a execução da obra deve ser iniciada

**III.2.4 Segunda fase temporária ou fase complementar, caso exista?**

NAO  SIM

### III.3 CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.3.1 Cauções e garantias exigidas

A caução só é exigida - caso de não cumprimento da obrigação assumida - e é de 10% da quantia a pagar, com prazo de 10 dias úteis para cumprimento da obrigação assumida.

III.3.2 Prémios para a participação no concurso

III.3.3 Capacidade técnica - documentos comprovativos exigidos

III.3.4 Capacidade económica e financeira - documentos comprovativos exigidos

III.3.5 Prazo para receção de propostas

III.3.6 A prestação de serviço está reservada a uma determinada profissão?

Sim

### SEÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1 TIPO DE PROCESSO

Concurso público

IV.2 CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

IV.2.1 Princípio económico da menor preço

IV.2.2 Os critérios indicados são os seguintes:

IV.2.3 INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.2.4 Condições para a elaboração de documentos contratuais e adicionais

IV.2.5 Condições para a elaboração de documentos contratuais e adicionais

IV.2.6 Data de publicação do anúncio no «Diário da República»

IV.2.7 Prazo para apresentação das propostas

IV.2.8 Prazo para receção de propostas

IV.2.9 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.10 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.11 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.12 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.13 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.14 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.15 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.16 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.17 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.18 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.19 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.20 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.21 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.22 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.23 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.24 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.25 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.26 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.27 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.28 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.29 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.30 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.31 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.32 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.33 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.34 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.35 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.36 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.37 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.38 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.39 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.40 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.41 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.42 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.43 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.44 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.45 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.46 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.47 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.48 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.49 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.50 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.51 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.52 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.53 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.54 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.55 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.56 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.57 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.58 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.59 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.60 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.61 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.62 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.63 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.64 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.65 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.66 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.67 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.68 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.69 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.70 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.71 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.72 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.73 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.74 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.75 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.76 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.77 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.78 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.79 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.80 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.81 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.82 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.83 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.84 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.85 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.86 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.87 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.88 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.89 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.90 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.91 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.92 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.93 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.94 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.95 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.96 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.97 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.98 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.99 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.100 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.101 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.102 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.103 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.104 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.105 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.106 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.107 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.108 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.109 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.110 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.111 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.112 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.113 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.114 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.115 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.116 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.117 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.118 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.119 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.120 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.121 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.122 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.123 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.124 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.125 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.126 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.127 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.128 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.129 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.130 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.131 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.132 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.133 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.134 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.135 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.136 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.137 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.138 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.139 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.140 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.141 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.142 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.143 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.144 Prazo para a realização da abertura das propostas

IV.2.145 Prazo para



## EDITAIS / PUBLICIDADE

**JACINTO PEREIRA ISÍDRO**

**FALEceu**

Sua esposa faleceu. Bairro: Bento - Ent. 367 - C. T. -  
Centro do Ouro - Porto

**Bairro Bessa Leite, Bl. 6 - Ent. 367 - C. T. -**

**O PRIMEIRO DE JANEIRO - 12/06/2007**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALBERGARIA-A-VELHA**

**AVISO**

Para os devidos efeitos se torna público que conforme aviso publicado na IIª Série do Diário da República nº 111 de 11 de Junho de 2007, se encontram abertos os seguintes concursos

Concurso Interno geral de acesso para provimento de 4 lugares de Jardineiro Operário Principal

Concurso Interno geral de acesso para provimento de 3 lugares de Pedreiro Operário Principal

Aos concursos podem candidatar-se todos os indivíduos que possuam os requisitos a que se refere o respectivo aviso, publicado na IIª Série do Diário da República nº 111 de 11 de Junho de 2007.

Os interessados poderão contactar a Secção de Pessoal do Município durante o horário normal de expediente,

Albergaria-a-Velha, 11 de Junho de 2007

O Presidente da Câmara,  
a) João Agostinho Pinto Pereira

**www.oprimeirodejaneiro.pt**

**P. JANEIRO 2007/06/12**

**CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

**AVISO**

**DISCUSSÃO PÚBLICA**

Alteração ao Alvará de Loteamento nr.102/82  
Rua das Cavadas. Nr.226/234 (Lote 23) – Freguesia de Rio Tinto

Dra. Daniela Loureiro Himmel, Vereadora Adjunta da Câmara Municipal de Gondomar, com competência delegada por despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, torna público que, nos termos do artigo 27º e nº3 do artigo 22º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual, e artigo 77º do Decreto-Lei nº380/99, de 22 de Setembro, se irá proceder ao período de discussão pública do pedido de alteração ao alvará de loteamento nr.102/82, requerido pelo proprietário do Lote 23, sito na Rua das Cavadas, Nr. 226/234 – Freguesia de Rio Tinto, à que respeita o processo camarário nr.134/2/81, pertencente a José Ferreira Cavadas.

As alterações consistem no seguinte:

- 1) Rectificação da área do lote, de 157m<sup>2</sup> para 250m<sup>2</sup>;
- 2) Alteração da área de implantação, de 50,50m<sup>2</sup> para 103m<sup>2</sup>;
- 3) Alteração da área de construção, de 119m<sup>2</sup> para 183m<sup>2</sup>;
- 4) Área dos anexos - 15m<sup>2</sup>;
- 5) Destino do r/c/ão - Comércio;
- 6) Destino do andar - Habitação (1 fogo).

O período de discussão pública terá a duração de 15 dias e iniciar-se-á em 19/06/2007.

O processo poderá ser consultado todos os dias úteis, das 9 horas às 12:30 horas e das 14 horas às 16:30 horas, no Departamento de Gestão Urbanística e Obras Particulares, Divisão de Gestão Urbanística em Rio Tinto, sito na Rua da Boavista, e as sugestões ou reclamações dos interessados deverão ser apresentadas por escrito, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o seu subscritor, e entregue pessoalmente ou remetido através do correio ao serviço acima mencionado.

Para constar e devidos efeitos se publica este aviso e outros que irão ser fixados nos lugares de estilo

Paços do Município de Gondomar, 5 de Junho de 2007.

A Vereadora Adjunta,  
(Dra. Daniela Loureiro Himmel)

**O PRIMEIRO DE JANEIRO - 12/06/2007**

**PORTO**  
Câmara Municipal

**EDITALI/82015/07/CMP**

Rui Fernando da Silva Rio, Presidente da Câmara Municipal do Porto, faz saber, para efeitos do disposto no artº 91º (Publicidade das deliberações) da Lei 169/98 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei 5A/2002 de 11 de Janeiro, as deliberações das Órgãos Autárquicos tomadas na Câmara Municipal de 5 de Junho de 2007.

Proposta para que se atribua novos topónimos a diversos arruamentos da Cidade. Aprovada

Proposta n.º 28/07/DMFP - Desafectação n.º 13/07 de uma parcela de terreno do domínio público municipal, que constitui parte do leito da Rua de Azinhaga do Monte, com a área global aproximada de 76 m<sup>2</sup>, tendo em vista a sua cedência ao proprietário do prédio confinante a Norte para regularização dos seus limites em cumprimento do alinhamento definido para o local, pelo valor global de 11.400,00 €. Aprovada.

Proposta para que a Câmara Municipal do Porto reconheça a utilidade pública da actividade desenvolvida pelo "Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Centro Regional de Segurança Social do Porto". Aprovada, emitir parecer favorável

Proposta n.º 21/07/DMFP - desafectação nº 15/07 de uma parcela de terreno do domínio público municipal, situada na Rua do Crasto, com a área global aproximada de 172 m<sup>2</sup>, tendo em vista a sua cedência ao proprietário do prédio confinante a Norte para dar cumprimento ao PIP n.º 1000/2002 aprovado para o local e pelo valor global de 77.650 €. Aprovada.

Proposta de participação nas actividades desenvolvidas pelo CCDTCMP - Centro Cultural e desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto. Aprovada

Proposta para que se adie o artº 7º ao Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada do Município do Porto. Aprovada.

Proposta para que a Câmara Municipal declare nulo, o acto que autorizou a alteração ao projeto e consequentemente os trabalhos executados ao abrigo desse acto com referência ao Contrato de Empreitada para a Remodelação de um Edifício na Rua da Banharia, nº. 139/14, nos termos e c. o m os efeitos previstos no artigo 133º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo nº 286 do Código Civil. Aprovada

Proposta para que se nomeie a Senhora Dra. Teresa Gabriel Marques Leite, para o cargo de Directora Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos. Em votação por escrutínio secreto. Aprovada

Proposta n.º 35/07/DMFP - Contrato de parceria entre a CMP e o Sport Club do Porto - para a construção de um parque desportivo no Parque da Cidade. Aprovada

E, para constar, se mandou lavrar este e outros de igual teor que vão ser fixados nos lugares de costume

Eu, Director Municipal dos Serviços da Presidência, o subscrevi

Porto e Paços do Concelho, 6 de Junho de 2007.

O Presidente da Câmara,  
(Dr Rui Rio)

**O PRIMEIRO DE JANEIRO**

**Departamento de Publicidade**  
Tel.: 22 0103900  
Fax: 22 0103981

**MORADA:**  
Rua de Santa Catarina, 489 - 1º  
4000-446 PORTO

**CCDRN**  
Conselho de Cooperação e Desenvolvimento Regional do Norte

**CONSULTA PÚBLICA**

**Conjunto Comercial Dolce Vita Braga**

O projecto que é mencionado está sujeito a um procedimento de Análise de Impacto Ambiental conforme estabelecido no artigo 2º do Anexo II do Decreto-Lei n.º 49/2000 de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro.

Este projecto, com preparação e execução da Obra principal - Investimento Imobiliário S.A., localizado na freguesia de Domus pertencente ao concelho de Braga.

Não tenho e para efeitos do prementido nº 1º 2 do artigo 14º e nos artigos 24º, 25º e 26º do Decreto-Lei n.º 49/2000 de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro e o Conselho de Cooperação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) aprovou a proposta de Análise de Impacto Ambiental, intitulada que o Estudo de Impacto Ambiental, intitulado o Resumo Não Técnico, se encontra disponível para Consulta Pública durante 21 dias úteis, ou 12 de Junho de 2007 a 11 de Julho de 2007, nos seguintes locais:

Agência Portuguesa do Ambiente, Rua da Sé, nº 13, Piso 1, 1160-433 LISBOA | Consultoria de Consulta Pública e Desenvolvimento Regional do Norte, Praça da Figueira, n.º 254, 4049-026 PORTO | Conselho Municipal de Braga, Praça da Matriz, n.º 472-614 BRAGA

O Resumo Não Técnico pode ser também consultado na sede da Freguesia de Domus e ainda na Internet em [www.oprimeirodejaneiro.pt](http://www.oprimeirodejaneiro.pt).

Na sede do projecto de Consulta Pública serão disponibilizadas e apresentadas, todos os elementos e informações apresentados por escrito que informam das vantagens e desvantagens do projecto relativamente às explicações e aos dados que existem das respetivas freguesias e concelhos, bem como o projecto resultante das suas explicações e dos dados que existem das respetivas freguesias e concelhos.

O procedimento para a elaboração do projecto de Análise de Impacto Ambiental é o seguinte: a) Desenvolvimento do projecto; b) Apresentação da proposta de Análise de Impacto Ambiental; c) Consulta Pública; d) Elaboração do Relatório de Análise de Impacto Ambiental; e) Envio ao Conselho de Cooperação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN); f) Aprovação do Relatório de Análise de Impacto Ambiental.

A Deliberação de Apresentação do Projecto de Análise de Impacto Ambiental de 26/6/2007.

Horário: de 10h00 a 12h00.  
Local: Consulta Pública de CCDRN  
Endereço: Rua de Santa Catarina, 489 - 1º

**Mensalmente**  
**Justiça & Cidadania**





FREGUESIA DE DUME

COMISSÃO DE C  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E S  
31970  
09 JUL. 2007

Ex.mo Sr.Presidente da  
CCDR / Norte  
Rua Rainha D.Esteфānia, n.º 251  
4150 – 304 Porto

X Sr. Ap. Alexandre Caldeira  
faz anexo no encadre  
d.c. C.A. do projecto de 414  
11/07/2007  


Com conhecimento:  
À Câmara Municipal de Braga

Assunto: Conjunto Comercial "Dolce Vita Braga"

Por deliberação da Assembleia de Freguesia realizada no dia 29 do mês Junho do corrente ano, foi o executivo mandatado para solicitar um *Estudo de Avaliação de Impacte Ambiental do Projecto do Conjunto Comercial "Dolce Vita Braga"*, a um gabinete técnico de reconhecida idoneidade, para apresentar um parecer técnico acerca do empreendimento acima referido, por forma a esclarecer a Assembleia de Freguesia de Dume e o número elevado de pessoas que nela compareceu, na qual foram manifestadas algumas preocupações as quais estão reflectidas no estudo técnico que nos foi apresentado.

Este estudo visa apenas alertar as entidades que tutelam e emitem pareceres sobre os diversos projectos das respectivas especialidades, e esperar que as preocupações e sugestões nele contidas, sirvam para minorar os efeitos menos positivos que a construção deste empreendimento venha a causar.

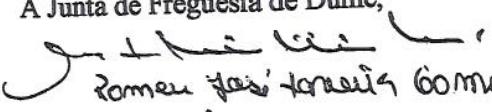
Mais solicitamos que se no decorrer da apreciação deste processo pelas diferentes entidades, existirem alterações ao projecto inicial, que as mesmas nos sejam comunicadas.

Em anexo juntamos parecer técnico sobre o empreendimento.

Com os melhores cumprimentos.

Dume, 05 de Julho de 2007.

A Junta de Freguesia de Dume,

  
Romualdo José Tomás Gómez  
J.M.T.

ptt

## CONSULTA PÚBLICA DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PROJECTO DO CONJUNTO COMERCIAL "DOLCE VITA BRAGA"

### PARECER TÉCNICO

Por solicitação da Junta de Freguesia de Dume, foi elaborado o presente relatório, afim daquele órgão autárquico, usando do direito que lhe assiste, decorrente do preceituado no nº 2º do artigo 14º e dos artigos 24º, 25º e 25º do Decreto-Lei nº 69/2000 de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 197/2005 de 8 de Novembro, poder emitir opiniões e sugestões sobre o EIA supracitado, a apresentar por escrito, dirigidas ao Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Após uma leitura atenta do Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental e deslocação ao local e sem que haja um conhecimento cabal do projecto do empreendimento, parece:

Que a instalação de um centro comercial desta dimensão (de âmbito regional), traz benefícios óbvios para a região, acarretando no entanto também alguns inconvenientes, cujo impacto se fará sentir fundamentalmente nas imediações do local da sua implantação. É pois numa óptica de cooperação relativamente ao empreendimento que são feitos os reparos que se seguem, que deverão ser encarados como um contributo para a minimização dos seus aspectos menos positivos. Assim:

1 – A localização do empreendimento numa área definida no P.D.M. de Braga como "Espaço Urbanizável com índice C – baixa densidade. Esta situação é em princípio compatível com a construção pretendida. No entanto, este tipo de espaços prevê um COS de  $0,60\text{m}^2/\text{m}^2$ , o que corresponde predominantemente a habitação unifamiliar.



BIG  
ARQUITECTURA  
ANTÓNIO MARTINS & ASSOCIADOS, LDA.

✓

2 – A população dentro da área de influência do centro comercial é de 260.000 habitantes. A população da freguesia de Dume (segundo o censo de 2001) era de 3.081 habitantes. É portanto mais que evidente que a área de influência do empreendimento extravasa completamente a freguesia onde se insere. Mesmo em termos de criação de emprego (estima-se que o Dolce Vita gere 3.500 novos empregos directos), o benefício para a freguesia, embora não seja desprezível, não terá grande impacto, dada a natureza da mão-de-obra associada.

3 – Acredita-se que o impacto do empreendimento relativamente aos aquiferos em profundidade e às linhas de água superficiais será diminuto e devidamente tratado pelos projectos da especialidade. O mesmo se considera, relativamente à condução e tratamento a dar às águas superficiais e residuais.

4 – Quanto aos sistemas ecológicos existentes, dada a sua natureza, também se julga que o impacto do empreendimento não seja relevante.

5 - Embora se desconheça em pormenor o projecto do(s) edifício(s) que corporiza o conjunto comercial, dada a sua área de implantação e volumetria expectável, não temos dúvida quanto ao seu elevado impacto na paisagem, essencialmente agrícola e com uma urbanização dispersa, disposta essencialmente ao longo das vias de comunicação. É este um dos aspectos que mais dúvidas pode levantar e que terá de merecer especial cuidado. O tratamento volumétrico e formal do edifício deverá ser extremamente reflectido tentando conciliar uma imagem forte inerente a este tipo de empreendimentos com um enquadramento paisagístico perfeito. Não deve, conforme é usual neste tipo de equipamentos, sucumbir-se à tentação de evidenciar demasiado a construção, pela diversidade das formas, materiais e cores utilizados cujo resultado final a aproxima mais de uma feira de diversões do que de um edifício comercial e de lazer, que efectivamente é. Antes pelo contrário, deverá ser assegurada a suficiente moderação formal, já que a dimensão do conjunto, por si só, lhe garante suficiente protagonismo. Não poderá também ser depreciado o impacto do edifício à noite. Há que precaver a sua imagem nocturna, que terá que ser naturalmente atractiva, mas sem exageros. Será um desafio afirmar o edifício pela sua qualidade e não pela sua exuberância, garantindo a sua afirmação ao longo do tempo.

(a)

Outra questão que se prende directamente com este assunto é o do enquadramento arbóreo do edifício, que deverá ser estudado, no sentido de atenuar o impacto do conjunto edificado, através da criação de um primeiro plano visual. Cremos que esta solução, se devidamente tratada (dada a altura previsível do edifício) não prejudica o carácter publicitário deste tipo de edifícios.

Parece-nos ainda ser aconselhável a plantação de árvores de copa larga e baixa no parque de estacionamento descoberto, tendo em vista diminuir o embate visual dos automóveis, criando ainda alguma frescura ambiental e protecção aos automóveis durante o verão.

6 – Será ainda importante minimizar o impacto durante os trabalhos de construção, nomeadamente no que se refere a ruídos, levantamento de pó e, fundamentalmente no que se refere ao tráfego rodoviário gerado. É brutal o volume do movimento de terras e rochas, apenas como referência, lembramos que será cerca de  $\frac{1}{4}$  do que foi gerado pelo estádio do S.C. de Braga. Deverão ser tomadas as medidas convenientes: Rega das terras, colocação de barreiras acústicas (taipais), acautelando os trabalhos nocturnos e controle de tráfego, evitando a saída de camiões durante as horas de ponta.

7 – A qualidade do ar será naturalmente afectada, fundamentalmente pela emissão dos gases de escape dos muitos automóveis a mais que passarão a circular nas idas e voltas ao centro comercial. Deverá portanto ser especialmente cuidada a plantação de árvores, que, embora não tenham um grande significado efectivo, minimizam os seus efeitos. Para além de tudo, didacticamente, é uma atitude positiva.

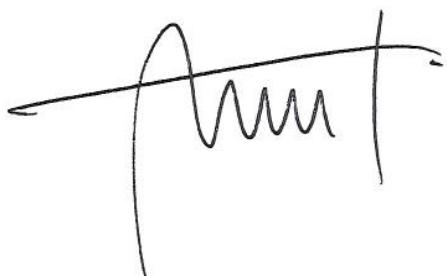
8 – Um dos mais graves problemas locais que a construção do Dolce Vita vai levantar é certamente o das acessibilidades e o do tráfego. Não temos a veleidade de emitir uma opinião cabal, certos de que o estudo de tráfego apresentado foi devidamente elaborado por técnicos avalizados. No entanto, parece-nos ser demasiado conflituoso o nó desenhado para a EN 101 e potencialmente gerador de conflitos. Parece-nos que a afluência ao centro comercial se fará preferencialmente pela variante. Assim sendo, e estando esta ligação privilegiada, parece-nos ser de dificultar um pouco mais a ligação à e da estrada nacional, quer diminuindo velocidades

através da colocação de elementos de acalmia de tráfego, diminuindo ou atenuando os pontos de conflito, ou colocando semáforos (sempre tão indesejáveis).

9 – Relativamente aos demais pontos sobre os quais incide o EIA (tratamento de resíduos, arqueologia e património e ainda o impacto socioeconómico), estamos na generalidade de acordo com a posição assumida pelos responsáveis pela sua elaboração, que no que respeita a sua análise, quer nos tratamentos e soluções apontadas.

Braga, 3 de Julho de 2007-07-04

(A. Martins, arqtº)





# Câmara Municipal de Braga

## Divisão de Planeamento Urbanístico

Processo Nº: 24317/06 PºDA/5435/07 Data07/06/11

Designação: CIBERGRADUAL - E.I.A. Conjunto Comercial Dolce Vita Braga-Consulta Pública

Requerente: Comissão de Coordenacão e Desenvolvimento Regional do Norte

Localização: Quinta do Carvalhal/Quinta de Lamas - Dume

### Informação Técnica

O Estudo de Impacto Ambiental em referencia respeita ao projecto de implantação na freguesia de Dume, a Norte da cidade, de uma unidade comercial de grandes dimensões.

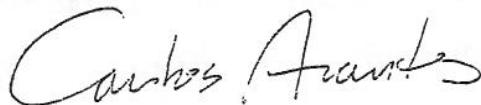
Trata-se de um projecto que já tem antecedentes na CMB, tendo sido emitido parecer favorável ao pedido de autorização de localização do conjunto comercial.

Dando cumprimento ao solicitado pela CCDRN, o presente processo esteve disponível nas instalações da DPU pra consulta publica.

No decorrer do prazo de consulta publica, entre os dia 12 de Junho/07 e 11 de Julho/07, deu entrada nesta Divisão apenas uma exposição que se anexa

Deve comunicar-se à CCDRN o resultado da Consulta Pública anexando cópia da exposição referida.

DPU, 24 de Julho de 2007



### Informação do Chefe de Divisão

Exmo. sr Presidente da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento  
Regional do Norte.

No âmbito do procedimento do consulto público apresento  
minha opinião: Penso que o projecto apresentado se  
constitui uma mais valia para a cidade de Braga.  
Uma vez que coloca minimiza o deficit de oferta  
referente ao comércio e a cultura.

Adresço, que este se constitui como uma fonte de captação  
de investimento e criação de postos de trabalho que se  
tem feito numa necessidade premente para Braga uma  
vez que o desemprego tem aumentado.

Sendo assim, e de forma geral penso que a  
Vida Urbana Braga é efectivamente uma oportunidade  
para o desenvolvimento da cidade de Braga.

Cumprimentos,

Célia Esperança Fernandes



Apreciação e Emissão de opinião.

EDITAL N.º 226/2007

14.6.2007 (in)

ENGº. FRANCISCO SOARES MESQUITA MACHADO, Presidente da Câmara Municipal de Braga:

## CONSULTA PÚBLICA

### Projecto do Conjunto Comercial Dolce Vita Braga

ANEXO II  
CARLOS ANANTOS  
15/6/2007

O projecto acima mencionado está sujeito a um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, conforme estabelecido na alínea a) do ponto 2 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro.

Este projecto, cujo proponente é a empresa Cibergradual – Investimento Imobiliário, S. A., localiza-se na freguesia de Dume, pertencente ao concelho de Braga.

Nos termos e para efeitos do preceituado no n.º 2 do artigo 14.º e nos artigos 24.º, 25.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), enquanto Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, informa que o Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, se encontram disponíveis para Consulta Pública, durante 21 dias úteis, de 12 de Junho de 2007 a 11 de Julho de 2007, nos seguintes locais:

Agência Portuguesa de Ambiente, Rua de "O Século", n.º 63, Piso 1 - 1200-433 LISBOA |  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Rua Formosa, n.º 254,  
4049-030 PORTO | Câmara Municipal de Braga, Praça do Município, 4704-514 BRAGA

O Resumo Não Técnico pode ser também consultado na Junta de Freguesia de Dume e, ainda, na Internet em [http://www.dra-n.pt/novidades/Consulta\\_Publica.htm](http://www.dra-n.pt/novidades/Consulta_Publica.htm).

No âmbito do processo de Consulta Pública serão consideradas e apreciadas todas as opiniões e sugestões apresentadas por escrito, desde que relacionadas especificamente com o projecto em avaliação. Essas exposições deverão ser dirigidas ao Presidente da CCDR-N até à data do termo da Consulta Pública.

O licenciamento (ou a autorização) do projecto, da responsabilidade da Direcção Regional de Economia do Norte, só poderá ser concedido após Declaração de Impacte Ambiental Favorável ou Condicionalmente Favorável, emitida pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente, ou decorrido o prazo para a sua emissão.

A Declaração de Impacte Ambiental deverá ser exarada até 2 de Outubro de 2007.

Para constar e devidos efeitos mandei passar este edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo.

Braga e Divisão Administrativa, 12 de Junho de 2007.

O Presidente da Câmara,

2-4-2

196  
196

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961  
1960-1961

1960-1961